



Anais da Assembléia

N.º 82

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 122ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1977

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Paulo Camargo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpellini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Erondy Silvério, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. GABRIEL MANOEL -- (Pela ordem). -- Sr. Presidente, solicito a chamada dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). -- A Presidência atende o que solicitou, em Questão de Ordem, o Sr. Deputado Gabriel Manoel, após soar os tímpanos, fará com que o Sr. Primeiro Secretário proceda a chamada dos Srs. Deputados. (Soam os tímpanos).

O SR. 1º SECRETÁRIO -- (Procede a chamada). -- (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). -- Responderam a chamada 19 Srs. Deputados. Há número para prosseguimento da sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO -- procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO -- procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência, regime de urgência para o Projeto de Lei número 136/75, que cria o município de Douradina.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência, regime de urgência para o Projeto de Lei número 68/77, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência, regime de urgência para o Projeto de Lei número 69/77, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer regime de urgência para o Projeto de Lei número 73/77.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ESTANISLAU BRISKI, ocorrido em data de hoje, na cidade de Castro.

Membro de tradicional família, Estanislau Briski, sempre se destacou na vida da cidade, seja como comerciante, seja como esportista, seja como figura que muito contribuiu para o progresso da cidade que amou.

O enorme círculo de amizades que conseguiu grangear, hoje é colhido pela triste notícia de seu passamento.

Entendemos das mais justas a homenagem póstuma que ora pretendemos prestar-lhe.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança da ARENA, no cumprimento de dispositivos regimentais, indica os Srs. Deputados:

- 1 -- Fabiano Braga Cortes
- 2 -- Erondy Silvério
- 3 -- Jorge Sato,

para integrarem a Comissão Especial para apurar denúncias na Penitenciária do Ahú.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança da ARENA, no cumprimento de dispositivos regimentais, indica os Srs. Deputados:

- 1 -- Erondy Silvério
- 2 -- Ezequias Losso,

para integrarem a Comissão Especial para investigar arbitrariedades policiais em Palmítal.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, manifestando a solidariedade desta Casa à sugestão do Vereador Arsênio Miranda, contida em ofício da Câmara Municipal de Guaraqueçaba, que tem por escopo o estudo das possibilidades da criação de um programa especial de apoio aos ruralistas daquele município litorâneo.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ MARIA DE AZEVEDO, DD. Diretor Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE, solicitando-lhe cópia da legislação e regulamentos pelos quais se rege aquele órgão previdenciário do Estado.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A legislação e regulamentos pelos quais se regem os diversos setores daquele Instituto necessitam ser cuidadosamente examinados por esta Casa, com a finalidade de serem melhorados.

As fórmulas adotadas para o cálculo das contribuições e salários de benefícios, seguros, habilitação em pensões, atendimento médico, farmácias e laboratórios, bem como o atendimento administrativo, poderão encontrar novas soluções se examinados pelos Senhores Parlamentares.

Remetendo a esta Casa cópias da legislação e regulamentos pertinentes ao funcionamento daquele Instituto, a sua Direção poderá contar com novas sugestões ou mesmo soluções para problemas que geralmente nos são dados a conhecer pelos seus segurados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. ÊNIO MARZULLO LIMA, Diretor Regional do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural — FUNRURAL, sugerindo entendimentos com a Direção do Hospital Erasto Gaertner, nesta Capital, e com a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Previdência Social — INPS, com o objetivo de aumentar o número de leitos colocados à disposição daquela Fundação.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Segundo nos informaram, existem somente 12 (doze) leitos no Hospital Erasto Gaertner à disposição do FUNRURAL.

Esse número torna-se insuficiente para atender mesmo os casos de maior urgência, em relação aos beneficiários daquela Fundação, que necessitam de tratamento especializado naquele conceituado Hospital.

Abrangendo, igualmente, a demanda de doentes oriundos do interior do Estado, aquele nosocômio, dispondo de apenas 12 (doze) leitos, não oferece condições para atender o elevado número de pacientes, muitos deles em estado desesperador.

Por outro lado, temos ciência de que existem vários leitos à disposição do INPS, bastando, assim, que sejam mantidos entendimentos entre o FUNRURAL, INPS e HOSPITAL

ERASTO GAERTNER, a fim de que se possa encontrar solução para esse angustiante problema.

Cremos que o assunto em tela receberá das direções dessas entidades a devida atenção, pois, o atendimento médico-hospitalar tem sido alvo de incessantes debates, e vem merecendo a atenção de nossas autoridades, as quais, constantemente, vêm a público dizer do seu interesse para a solução de todos os problemas que afligem a saúde dos brasileiros filiados à Previdência Social.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 85/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Creche Madre Clélia Merloni", com sede e foro na cidade de Guaraqueçaba, neste Estado.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A "Creche Madre Clélia Merloni", é uma entidade que tem por finalidade a assistência social, espiritual e cultural, além de colaborar e dirigir obras e iniciativas com fins especificamente filantrópicos.

A documentação que anexamos ao presente, comprova as suas finalidades, bem como sua condição para ser reconhecida de utilidade pública.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei que, temos certeza, contará com o apoio dos nobres Pares com assento neste Parlamento.

PROJETO DE LEI NÚMERO 86/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado o MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DO PARANÁ, com sede em Curitiba, e o Poder Executivo autorizado a proceder sua instalação.

Parágrafo único — O Museu de que trata esta lei objetivará, fundamentalmente, o levantamento, a conquista e a preservação de acervo para exposição ao público, e, atividades de pesquisas, compatíveis com suas finalidades.

Art. 2º — O Poder Executivo, até 180 (cento e oitenta) dias de publicação desta lei, expedirá regulamentação definindo sua estrutura e funcionamento, provendo-lhe as demais necessidades, e estabelecendo sua vinculação a setor público competente ou dando-lhe caráter autônomo, considerando-as o interesse do Estado.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

JUSTIFICATIVA:

"Museus são instrumentos que permitem aos povos se posicionarem dentro do Universo e da História. Os museus — de História Natural — sem se preocuparem com os rendimentos econômicos imediatos que seus estudos possam propiciar permitem ao homem uma compreensão global da natureza, desenvolvendo assim toda uma gama de perspectivas futuras". Posicionamento esse integra exposição de motivos que informou petição da ADEA — Associação de Defesa e Educação Ambiental, dirigida ao Sr. Governador do Estado, pleiteando a criação no Paraná, de um Museu de História Natural.

Em verdade, até a data de hoje "o Paraná ainda não dispõe de nenhum Museu de História Natural, seja no aspecto da pesquisa, seja no levantamento e preservação de acervo para exposição ao público", muito embora tenha existido aqui o

ex-Instituto de História Natural, e o acervo de nosso antigo Museu (Ex-Instituto de História Natural) se encontrava, à época, "amontoadado em prédio e armários inadequados".

Indiscutivelmente, muito ganharia o Paraná, na área da Ciência e da Cultura com a criação e instalação de um Museu com tais objetivos.

Embora, desde há muito, se venha pleiteando essa conquista, e desde 23 de junho de 1975, tenha o atual Chefe do Executivo Estadual manifestado, em resposta aos apelos de setores interessados, interesse na sua materialização, lamentavelmente, até o momento, não se concretizou a idéia.

O nosso Estado se veria enriquecido com a implantação de mais um núcleo de conhecimentos e trabalhos. O Executivo tem se mostrando sensível à criação desse Museu. Homens da ciência, da cultura, e setores atuantes nessa área, reivindicam a sua instalação.

Parece-nos, portanto, chegada a hora desta Casa, enganjar-se no trabalho pela conquista dessa obra de importância e relevo para a vida paranaense, razão por que adotamos a presente iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Câmara Federal vem, por alguns Senhores Deputados da Situação, através de várias denúncias, muitas delas baseadas em sofismas, fazendo sacudir a imprensa nacional, por vezes trazendo à tona problemas de corrupção e outros, levantando problemas chamados subversivos, fazendo acusações, sobretudo a representantes da agremiação oposicionista.

Sem o mesmo sentido, e sem buscar aqueles objetivos venho hoje a esta tribuna dar conta e informar o que a imprensa já publicou, o que se passa na esfera da Prefeitura de Catanduvas, pertencente à Comarca de Cascavel.

Em 1972, pelo pleito direto, foi eleito pelo MDB um candidato denominado José Marcolino Cardoso.

Em 1973, depois de assumir o seu cargo, entendeu aquele cidadão de se passar para o partido do Governo.

Recebeu represália dos companheiros, naquela oportunidade. Em seguida, já na ARENA, começou a praticar atos que segundo a Câmara Municipal, eram de violenta e notória corrupção administrativa. E, por força de requerimento de um dos vereadores, foi aquele Prefeito cassado pela Câmara Municipal — composta por membros da ARENA e do MDB — com base no Decreto Lei número 201. O impedimento colocou aquele Prefeito fora da administração pública.

Posteriormente, depois de longa luta judicial, o Sr. José Marcolino Cardoso, já então pertencente ao partido do Governo e que se dizia protegido pelo Governo, conseguiu, já no declínio do mandato que estava sendo ocupado pelo Vice-Prefeito, a sua reintegração.

Reempossado no cargo, não hesitou em trabalhar com todas as forças possíveis e imagináveis, para colocar e fazer seu sucessor na direção executiva de Catanduvas.

Ocorre, Senhores Deputados, que uma vez reintegrado, depois de ter sido colocado fora da administração por atos de corrupção, o Prefeito de Catanduvas de então, encaminhou à Câmara Municipal um projeto de lei que foi aprovado, onde pretendia — e logrou êxito — a designação de uma verba de 452 mil cruzeiros a título — segundo informações — de indenização pelo lapso de tempo que ficou afastado do Executivo.

Até hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nenhuma passagem de literatura ouvi dizer e nem cheguei a ler um absurdo tão grande como esse e, mormente numa época em que as liberdades públicas são cerceadas pelo famigerado Ato Institucional número 05 que nasceu, segundo seus editores e segundo seus usuários, para por termo à corrupção, para acabar com a subver-

são e para proteger a segurança nacional.

Não se entende num País como este, qual seja a definição correta desses institutos e assertivas que freqüentemente têm sido usadas pela Revolução.

E é lamentável que esse ex-Prefeito, estribado no partido do Governo e provavelmente por ele protegido com o guarda-chuva denominado ARENA, possa se arvorar e se acobertar recebendo do Executivo Municipal uma quantia mensal referente à parcelas do ICM e através de mandato público.

Esta, Sr. Presidente, é a informação que eu trago à Assembléia. Esta denúncia, da qual as autoridades estaduais deveriam tomar providências e que as autoridades da Câmara Municipal estão resistindo à pretensão da Oposição daquela Casa de Leis em conhecer o texto do documento autorizatório.

E é para lamentar fatos como estes que venho à tribuna hoje. E aproveito o ensejo para, numa segunda parte desta visita que faço à tribuna da Assembléia, lamentar também o que vem ocorrendo no Hospital Erasto Gaertner.

Há falta de leitos para internamento de cancerosos, sobretudo aqueles que recebem do FUNRURAL a proteção e auxílio doença. Não há como, Sr. Presidente — antes de terminar — como aceitar esta situação. Depois de contatos com a direção regional do FUNRURAL, quando fizemos apelo para que os agricultores que vêm à Capital não fiquem à margem de um processo que não se entende, aguardando vagas no Hospital Erasto Gaertner para internamento. Desde a semana passada, mais de 60 pessoas estão nas filas aguardando vagas para casos do Fundo de Assistência Rural que só tem 12 leitos à sua disposição, enquanto o INPS tem enfermarias vagas à espera de pacientes.

E é neste sentido que encaminho um requerimento à Mesa, visando solver o problema. E um segundo requerimento é encaminhado para solicitar à direção do IPE a sua vigente legislação.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, inscrito. — (Pausa).

Ausente S. Exa., concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, inscrito. — (Pausa).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, eu declino e solicitaria que fosse inscrito para o Expediente de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, no que regimentalmente for viável, determina que seja feita nova inscrição.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito. — (Pausa). — Ausente.

A Presidência em separado, recebe a inscrição de novos Srs. Parlamentares.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi. — (Declina).

Inscrito como primeiro orador para o expediente de amanhã, o Sr. Deputado Lázaro Dumont. Em segundo lugar, o Sr. Deputado Enéas Faria.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente. Necessita de apoio.

— Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 04/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 11/77, ex-Proposição número 172/77 — aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Porto Rico, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

O SR. ERNESTO GNOATO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Gnoato, para uma questão de ordem.

O SR. ERNESTO GNOATO — Sr. Presidente, requeiro seja procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados, porque acho que não há número suficiente para aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Solicito ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de quorum.

(Soam os tímpanos).

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada dos Srs. Deputados). — (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — 30 Srs. Deputados responderam a chamada, há quorum para prosseguimento da sessão e conseqüente votação.

Em votação o Projeto de Resolução número 04/77. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 05/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 20/77, ex-Proposição número 181/77 — aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Bela Vista do Paraíso, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 06/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 254/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração, com o município de São Jorge do Oeste, objetivando execução de reparos em próprio estadual onde funciona o Grupo Escolar São Jorge, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 15/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 259/77, aprova os termos de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Palmital, objetivando execução de reparos em próprios estaduais que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 23/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 128/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Castro, objetivando

assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 27/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 133/77 — aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Francisco Beltrão, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 28/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 135/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Guaíra, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 29/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 136/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Guarapuava, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 37/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 222/77, aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Curitiba, objetivando transferir recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 68/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 243/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Ponta Grossa, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam estabelecimentos de ensino que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 69/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 249/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Guaíra, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Castelo Branco. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 80/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 40/77, ex-Proposição número 297/77, aprova convênio cele-

brado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura por intermédio do CENESP, objetivando assistência técnica e financeira na realização do curso de atualização para professores de classe comum. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 83/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 226/77, aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Altônia, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 84/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 228/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Nova Londrina, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 86/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 240/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Itapejara do Oeste, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 87/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 242/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Chopinzinho, objetivando a execução de reparos em prédio de estabelecimentos de ensino que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 88/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 244/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Paissandu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Prudente de Moraes. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 89/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 245/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Astorga, objetivando execução de reparos onde funciona a Agência de Rendas daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 90/77, de

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 246/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o município de Jaguariaíva, objetivando execução de reparos em próprios naquela comuna. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 91/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 247/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Paraíso do Norte, objetivando reparos no prédio onde funciona a Escola de Aplicação daquela comuna. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 92/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 248/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Medianeira, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Arthur da Costa e Silva. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 93/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 251/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Ibaiti, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Monteiro Lobato, na sede daquela comuna. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 94/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 255/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o município de Ponta Grossa, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 95/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 258/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Palmital, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade: — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 96/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 268/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Joaquim Távora, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 97/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 27/77, ex-Proposição número 271/77, aprova o termo

aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Rio Bom, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 116/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 154/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Rio Negro, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 117/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 156/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de São José dos Pinhais, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 99/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 45/77, ex-Proposição número 201/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBILAL, objetivando execução de programa visando suprir as necessidades dos evadidos da escola ou desprovidos de escolarização adequada — pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 100/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 283/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Piraí do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Agência de Rendas daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 101/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 284/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Bandeirantes, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Agência de Rendas, daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 102/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 285/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Adrianópolis, objetivando execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 103/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número

60/77, ex-Proposição número 286/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Piraí do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 104/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 287/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Marilena, objetivando execução de reparos em prédios estaduais naquela comuna. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 105/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 290/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Cruzeiro do Sul, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual "Emílio Durkheim", no referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 106/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 292/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Congonhinhas, objetivando reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 107/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 293/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Florai, objetivando reparos no prédio onde funcionam a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública de Florai. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 112/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 140/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Irati, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 113/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 144/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Lapa, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 114/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número

ro 56/77, ex-Proposição número 150/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Paranavaí, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 119/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 23/77, ex-Proposição número 184/77, aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Paranavaí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 120/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 30/77, ex-Proposição número 188/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Nova Olímpia, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana no referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 121/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 31/77, ex-Proposição número 189/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Maria Helena, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 122/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 46/77, ex-Proposição número 192/77, aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro, objetivando promover a Difusão Cultural em vários municípios do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 123/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 47/77, ex-Proposição número 193/77, aprova os termos de convênio e respectivo termo aditivo celebrados entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Educação Física e Desportos e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 130/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 220/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Céu Azul, objetivando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 134/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 307/77, aprova o termo de

convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Almirante Tamandaré, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária e Posto de Puericultura, na sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 135/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 309/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Atalaia, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Duque de Caxias", na sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 136/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 52/77, ex-Proposição número 310/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Bandeirantes, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam Unidades Escolares, na sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 137/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 311/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Bandeirantes, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Nóbrega Cunha, naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 138/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 312/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o município de BELA VISTA DO PARAÍSO, objetivando execução de reparos onde funcionam estabelecimentos de ensino localizados na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 139/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 313/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Bocaiuva, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 140/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 315/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Califórnia, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 141/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 318/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o município de Campo do Tenente, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 142/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 322/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Corbélia, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 143/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 324/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Faxinal, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Ouvidor Pardinho, naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 144/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 327/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Guaraniaçu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 145/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 331/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Iretama, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 173/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 141/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Ivaiporã, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira à rede municipal de ensino. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 174/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 151/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Pato Branco, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira à rede municipal de ensino. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF. e

CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 175/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 151/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de São Mateus do Sul, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira à rede municipal de ensino. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 176/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 200/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o município de Toledo, objetivando a implementação do Projeto Logos II - habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério, nas quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 177/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 207/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a Implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 178/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 216/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Marilândia do Sul, objetivando a Implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau. — Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 179/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 01/77, ex-Proposição número 269/77, aprova termo de ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Astorga, objetivando a execução de obras de controle à erosão, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 180/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 35/77, ex-Proposição número 274/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com intervenção das entidades que especifica, objetivando regular aplicação de recursos ao Programa Paranaense de Treinamento de Executivos. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 182/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número

ro 62/77, ex-Proposição número 308/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Andirá, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 183/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 316/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Cambará, objetivando a execução no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 184/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 319/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Carlópolis, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Fernão Dias. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 185/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 320/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Castro, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Hospital Bom Jesus, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 187/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 328/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Ibioporã, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam a Unidade Polo e o Colégio Estadual Olavo Bilac, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 188/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 329/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Ipiranga, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam a Unidade Sanitária e o Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 189/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 330/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Iporã, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Oroitê. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 190/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 332/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Itambé, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Olavo Bilac. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 191/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 344/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Mariópolis, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam a Escola Bairro Água Azul e Posto de Saúde, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 192/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 345/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Marmeleiro, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar D. Pedro I, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 193/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 348/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Morretes, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 194/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 349/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Nova Cantu, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Rui Barbosa e Escolinha do MEC, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 195/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 350/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Palotina, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 196/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 353/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Paranaguá objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Helena Viana Sadin, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por

unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 197/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 357/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Pirai do Sul, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 198/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 360/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Rebouças, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, como específica, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 199/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 364/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Santa Amélia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antônio Lourenço da Luz. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 202/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 373/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Tamboara, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Ginásio Estadual e a Unidade Sanitária, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 204/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 117/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Arapongas, objetivando assistência técnica e financeira ao município, visando melhoria do ensino de primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 206/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 152/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o município de Ponta Grossa, objetivando assistência técnica e financeira, para melhoria do ensino de primeiro grau no referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 212/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 201/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o município de Paranaguá, visando a Implementação do Projeto Logos II — habilitação de

professores não titulados, em exercício nas quatro primeiras séries do primeiro grau. — Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 213/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 206/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Sabáudia, visando Implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 216/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 230/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Pérola, objetivando transferência de recursos conforme específica, para aplicação na área da Educação Física e Desportos no referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 229/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 41/77, ex-Proposição número 300/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da FUNARTE, objetivando a realização do IX Festival de Música de Curitiba e do IX Curso Internacional de Música do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 57/77, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que dá nova redação ao artigo 4º da Lei número 54, de 22 de novembro de 1963. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CRH., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 79/76, de autoria dos Deputados Ivan Rüppel e Ernesto Gnoato, que dá novas divisas como específica, ao município de Francisco Alves, criado pela Lei número 6314, de 14/02/72. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência.

Sobre o referido projeto de lei, há um requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, no seguinte teor: (Lê): "Senhor Presidente.

Por intermédio da Mesa, proponho à Casa a retirada, por 5 (cinco) sessões, do Projeto de Lei número 79/76, constante da Ordem do Dia, marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme deliberado pelo Plenário, encaminhe-se o Projeto de Lei número 79/76 à CCJ., para reexame."

— Em votação o requerimento.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Nos termos do Regimento Interno, Sr. Presidente, não é possível a renovação de adiamento de discussão, assim, solicito que seja considerado prejudicado o presente requerimento, o que faço com base no artigo 112 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, eminente Deputado Ezequias Losso, lhe confere razão.

Na questão de ordem, V. Exa. argumenta que matéria em regime de urgência não pode ter adiada a sua discussão e competente votação. Todavia, a Presidência tem sido ao longo dos tempos, esta e as anteriores, compreensiva quanto ao fato de, havendo entendimento de Plenário, retirar matéria para que os Srs. Deputados tenham a oportunidade de melhor interpretar a sua conveniência.

Todavia, a Presidência deve se curvar.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Se bem ouvi, Sr. Presidente, o eminente Deputado Ezequias Losso, levantou uma preliminar de que não pode haver adiamento de matéria em discussão?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Quando em regime de urgência.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente.

Apenas para um esclarecimento, se me permite.

É que já houve anteriormente um adiamento por trinta sessões, do presente projeto de lei. O artigo 112 do Regimento Interno diz, que é vedado na mesma discussão, reproduzir pedido de adiamento. E é uma reprodução de pedido de adiamento, o que se faz agora. Assim, creio que o mesmo está prejudicado, por expressa determinação do Regimento Interno.

O SR. MUGGIATI FILHO — Considero-me esclarecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Mesa já havia por deliberação do Plenário, adiado por 30 sessões, a discussão e votação do presente projeto de lei.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não quero discutir as razões do nobre Deputado Ezequias Losso, quando levanta uma preliminar contra o meu requerimento.

Reconheço que realmente já houve a retirada deste projeto da Ordem do Dia, por trinta sessões.

Acontece, Sr. Presidente que, como toda a Casa sabe, praticamente cheguei aqui ontem e deparo na Ordem do Dia de hoje com um projeto totalmente ilegal. Acho que esta Casa deve preservar um pouco daquilo que ainda lhe resta. Deve examinar as matérias que por aqui tramitam, sob seu aspecto legal.

E este projeto de lei, "data venia", o brilhante parecer do Deputado Ezequias Losso, que foi seu relator na Comissão de Constituição e Justiça e que é Professor de Direito da Universidade, a meu ver contraria frontalmente o Ato Complementar 46, quando, em seu artigo 1º, § único, diz:

"Nenhuma modificação poderá ser feita na Organização Administrativa e Judiciária a que se refere este artigo, sem prévia autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça".

Tive a curiosidade de examinar o processo e não encontrei autorização do Presidente da República para alterar os limites do Município de Francisco Alves.

Talvez tivesse havido o alegado na justificativa do projeto de que "avançaram no existente Distrito da Cidade de Oroitê, portanto irregularmente, "no instante em que se fixam os limites do município criado pela Lei 6314, de 14 de agosto de 1972.

Acontece que esta matéria que hoje a Casa vai discutir, é totalmente ilegal, daí o meu pedido para que fosse retirada da Ordem do Dia, a fim de que esta Casa reexamine a matéria porque, talvez eu esteja incorrendo em erro, mas, pela documentação que tenho em mãos, é ilegal.

Se for decisão da Mesa não submeter meu requerimento, serei obrigado a, no encaminhamento da votação, justificar meu voto contra, embora a contragosto, porque sempre foi minha norma no Legislativo, desde outras Legislaturas, só votar

matérias perfeitamente legais. — (Sem revisão do orador).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). — Sr.

Presidente, eu já já acudir à Mesa sobre a questão, fazendo a mesma observação que fez o Sr. Deputado Erondy Silvério, não só corroborando seu pensamento, mas também em ressalva ao que diz a Lei Complementar número 01, em seu artigo 6º: "A criação de Municípios e suas alterações territoriais só poderão ser feitas quatrienalmente, no ano anterior ao da eleição municipal".

E quero justificar que, embora não reconheça a legitimidade desse atos e leis de excessão vigentes, contra as quais tenho feito constantes protestos da tribuna; o processo é visceralmente ilegal. Não reconheço também a legitimidade da Constituição vigente, mas quero, ainda assim, no meio deste cipoal jurídico que reina no País, dizer que a alternativa diante desta confusão jurídica é encontrar a fórmula de se salvar alguma coisa.

Por esta razão venho expender este pensamento de que esta Casa aprecie a medida, embora não seja, dentro desta ilegitimidade reconhecida, a mais racional que se possa adotar, e transforme o projeto em processo, obedecendo o disposto na Lei Complementar número 01, e Ato Complementar número 46. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência já se havia convencido, pela argumentação do Deputado Erondy Silvério, que iria submeter seu requerimento à consideração do Plenário.

Quer com isso, a Presidência, preservar a soberania da Casa, respeitando a lei vigente, por mais que essa legislação esteja cercear o poder de decisão desta Assembléia, sobre matéria desta natureza.

A Presidência confessa que, até a presente data, malgrado tenha recorrido à assessoria técnico-jurídica para falar sobre o assunto, não estabeleceu ainda em que fase do projeto ele deve ser objeto de estudo, de audiência do Senhor Presidente da República.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Deve haver uma consulta prévia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sabe-se, todavia, que a consulta à Presidência da República deve ser feita via Governador do Estado.

Como a matéria é complexa, a Presidência vai colocar o requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério à consideração do Plenário.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). — Sr. Presidente,

pretendo apenas esclarecer, para se chegar a uma conclusão racional. A literatura jurídica que trata da matéria — pelo menos da qual tenho conhecimento — procura elucidar casos como esse do seguinte modo: As Assembléias devem sugerir aos escalões superiores, antes de entrar com o projeto. Porque, as assembléias têm poder apenas de referendar, através de lei própria, divisas de municípios da jurisdição do Estado.

Por essa razão, penso que esta Casa poderiasugerir a medida transformando em sugestão este projeto. E o Governo se tivesse interesse em atender essa sugestão, a encaminharia ao Ministério da Justiça, e através dele, dar o Sr. Presidente da República, o seu despacho.

Esta a contribuição que ofereço à Presidência.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, o que se verifica, nesse projeto de lei, pelo menos na sua colocação na pauta da Ordem do Dia, para discussão e votação, para mim é um ato singular. Porque o projeto não está revestido das argumentações exigidas por lei.

Tenho razões para falar sobre esse projeto de lei, porque projeto idêntico a este, de minha autoria — senão me engano — foi determinado arquivamento porque não tinha as condições determinadas pela lei complementar.

Mas, apesar de singular este projeto, não é novidade, por-

que este Deputado também é autor de projeto criando distrito administrativo. Votam-se, aqui, dezenas de projetos criando distritos administrativos. E o meu projeto revestido de todas as condições tanto quanto estavam revestidos aqueles outros projetos, deixou de vir à pauta para ser discutido e votado.

Então, fico a imaginar, Sr. Presidente, porque será que só os meus projetos de lei, só os planos de lei deste Deputado que carecem de ser revestidos minuciosamente de todos os documentos exigíveis e exigidos para vir à para se vir à pauta.

Desta forma não se pode, em absoluto, admitir que este projeto tramite sequer, sem que seja revestido das documentações necessárias, principalmente aqueles previstos na lei complementar.

Eu deixo aqui claro que sob esta justificativa, votarei contra este projeto a não ser depois que venha revestido das formalidades legais.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, apenas para esclarecer uma dúvida que observo estar havendo na apreciação do requerimento do Deputado Erondy Silvério e, conseqüentemente, do próprio projeto de lei.

Esta proposição está apenas visando corrigir distorções que atualmente se verificam. Na verdade a lei que criou o município de Francisco Alves estabeleceu expressamente que o mesmo abrangeria os distritos de Francisco Alves e Rio Bonito.

Entretanto, em artigo que definiu as divisas, o legislador apontou referências, que estão em ponto avançado dentro de um outro distrito, que é Distrito Cidade Oroitê, pertencente a Iporã.

Portanto, o que pretende esta lei é retificar a distorção que houve. Ora, se a lei criou um município abrangendo dois distritos, não pode abranger dois distritos e mais um pouco. É apenas isto, Sr. Presidente.

Mas, considerando o apelo do nobre Deputado Erondy Silvério que demonstrou o seu interesse em estudar convenientemente o projeto de lei, eis em parte que S. Exa., há pouco tempo ingressou nesta Casa, somos de parecer que numa questão de respeito a S. Exa., a Casa poderá, desde que a Presidência assim entende, admitir o adiamento pretendido, mesmo à revelia do Regimento Interno, para que S. Exa. possa se inteirar exatamente da situação e do problema legal decorrente.

Por outro lado, creio não haver necessidade de se ouvir a Presidência da República neste caso, especificamente, porque quando foi criado o município de Francisco Alves, ficou assentado que o mesmo abrangeria dois distritos, que continuarão o seu território. — (Com revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a compreensão do Deputado Ezequias Losso.

Mas, volto a insistir que se trata de uma transferência de área e não de retificação da lei anterior. Porque se as divisas do novo município criado pela Lei 6314 não estivessem corretas, bastaria ao município prejudicado um simples requerimento à Fundação Geografia, Terras e Colonização para retificação.

O que não pode é esta Casa votar contra o Ato Complementar 46. É completamente regular a matéria, Sr. Presidente.

Eu requeiro ainda que V. Exa. uma vez aprovado o meu requerimento, se digne devolver à Comissão de Constituição e Justiça da Casa, para corrigir este parecer que a meu ver foi dado equivocadamente, porque ele contraria, na realidade, a legislação vigente, embora seja uma legislação de exceção. Mas é a que existe hoje e à qual todos os brasileiros estão submetidos.

Portanto, nós não podemos aqui legislar contrariando

frontalmente o Ato Complementar número 46, Art. 1º, Parágrafo único. — (Sem revisão do orador).

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, apenas para esclarecer, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lhe concede a palavra.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, quando foi criado o próprio município de Francisco Alves, discutiu-se sobre a real aplicação dos dispositivos contidos no ato complementar.

Esta Casa ao aprovar o respectivo projeto de lei usou de atribuições que lhe eram deferidas, evidentemente. Mas acredito que a discussão em torno deste assunto, isto é, da conveniente aplicação das normas legais do município de Francisco Alves, transcenderia a própria Comissão de Constituição e Justiça, pois é matéria de profundas indagações em termos jurídicos.

— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência colocará em votação o requerimento do Sr. Deputado Erondy Silvério, e, se aprovado pelo Plenário, a Presidência determinará o retorno do Projeto de Lei número 79/76, à Comissão de Constituição e Justiça.

Nesta atitude, a Presidência não vislumbra nenhuma possibilidade, nem a mais remota, de criar melindres aos Srs. Deputados autores da presente propositura, mas tão somente, vislumbra a possibilidade de que, à luz da discussão desta matéria, abram-se perspectivas de que, no futuro, tenhamos nesta Casa uma orientação da Comissão de Constituição e Justiça, sobre matérias semelhantes que deverão ser objeto de análise por este Plenário.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERNESTO GNOATO (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere, e fará uma verificação de votação.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério; (É procedida a votação).— 23 Srs. Deputados aprovam, 1 Sr. Deputado rejeita.

Não há quorum para deliberação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro de V. Exa., a verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende a solicitação de V. Exa.

O Sr. Primeiro Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de "quorum".

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — 31 Srs. Deputados responderam a chamada. Há quorum para deliberação.

A Presidência encarece aos Srs. Deputados que tomem seus lugares para proceder a votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Erondy Silvério queiram permanecer como estão. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 54/77, de autoria do Deputado Ivan Rüppel, que declara de utilidade pública o "Abrigo de Menores São Vicente de Paula", com sede na cidade de Engenheiro Beltrão. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 73/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Erondy Silvério e Ezequias Losso, para integrarem a Comissão Especial para investigar arbitrariedades policiais em Palmital.

"Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar".

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes, Erondy Silvério e Jorge Sato, para integrarem a Comissão Especial para apurar denúncias na Penitenciária do Ahú.— "Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar".

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Estanislau Briski, ocorrido na cidade de Castro. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei No. 136/75.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei No. 68/77.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei No. 69/77.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Regional do FUNRURAL, sugerindo entendimento com a Direção do Hospital Erasto Gaertner, nesta Capital, e com a Superintendência Regional do INPS, com o objetivo de aumentar o número de leitos colocados à disposição daquela Fundação.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Superintendente do IPE, solicitando-lhe cópia da legislação e regulamentos pelos quais se rege aquele órgão previdenciário do Estado.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, manifestando solidariedade desta Casa, à sugestão encaminhada pela Câmara Municipal de Guaraqueçaba, visando estudos da criação de um programa especial de apoio aos ruralistas daquele município litorâneo.— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Número 57/77.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei Números: 395/68, 83/75, 91/76, 51/77, 53/77, 56/77 e 155/75 e de Resolução Números: 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 200, 201, 208, 209, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229 e 169/77

marcando ainda uma sessão extraordinária para amanhã, dia 28, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução Número 36/77.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA NÚMERO 536/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 6025, de 21 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria No. 637/76, ao funcionário HENRIQUE WOJCIK, matrícula 460, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial de Administração, ao Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de junho de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 537/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 5938, de 17 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria Número 637/76, à funcionária ALAIDE MARIA L. LUZ, matrícula 188, ocupante do cargo de nível PL"17", da Série de Classes de Escrivão, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de junho de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 538/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 5888, de 17 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 637/76, à funcionária MARIA HERCÍLIA CAMARA CONTER, matrícula 426, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de junho de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 539/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o Número 5914, de 17 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

antecipar para 01 de julho de 1977, as férias concedidas pela Portaria número 637/76, à funcionária MARIA DA LUZ AZEVEDO SOARES, matrícula 538, ocupante do cargo de nível PL"21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de junho de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral